



CONGRESSO NACIONAL

PARECER (CN) Nº 1, DE 2019

Da COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 892, DE 2019, sobre a Medida Provisória nº 892, de 2019, que Altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, para dispor sobre publicações empresariais obrigatórias.

PRESIDENTE: Deputado Rogério Peninha Mendonça

RELATOR: Senadora Soraya Thronicke

12 de Novembro de 2019



RELATÓRIO DO VENCIDO

Perante a COMISSÃO MISTA, sobre a Medida Provisória nº 892, de 5 de agosto de 2019, que altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, para dispor sobre as publicações empresariais obrigatórias.

RELATOR: Senadora **SORAYA THRONICKE**

RELATORA DO VENCIDO: Senadora ROSE DE FREITAS

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão Mista, para fins do disposto no § 9º do art. 62 da Constituição, a Medida Provisória (MPV) nº 892, de 5 de agosto de 2019, editada pela Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o *caput* do art. 62 da Carta Magna.

A MPV é composta por cinco artigos.

O art. 1º confere nova redação ao art. 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações – LSA).

De acordo com a redação anterior, as publicações obrigatórias estabelecidas na LSA, tais como demonstrações financeiras, deveriam ser realizadas em diário oficial e em jornais de grande circulação.

A redação dada pela MPV dispensa essa exigência e cria outra, qual seja, a publicação regular na internet, em especial no *site* da Comissão de Valores Mobiliários, no *site* da entidade administradora do mercado em que os valores mobiliários da companhia estiverem admitidas à negociação e no próprio *site* da companhia titular das demonstrações financeiras (art. 289, § 2º, da LSA).

A MPV exige que as publicações ordenadas por ela possuam certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos em sítio eletrônico por meio de autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), mas essa exigência poderá ser flexibilizada ou dispensada por ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Sugere, assim, nova redação ao art. 289, § 2º, da LSA, de acordo com a MPV.

Também por ato normativo, a CVM listará quais demonstrações financeiras deverão ser arquivadas no registro de comércio (art. 289, § 3º, da LSA, de acordo com a MPV).

A MPV confere ao Ministro da Economia poder regulamentar para disciplinar a forma de publicação e divulgação dos atos relativos às companhias fechadas (art. 289, § 4º, da LSA, de acordo com a MPV).

A legislação atual estabelece que a companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a dois milhões de reais não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa.

A MPV também altera a recente Lei nº 13.818, de 24 de abril 2019, que previa a publicação em mídia impressa das demonstrações financeiras em formato reduzido para o ano de 2022. Pela MPV, não será mais necessário publicar demonstração financeira alguma em mídia impressa, mesmo no caso de formatos reduzidos.

A MPV não prevê regra de transição, ou seja, é de vigência imediata, mas somente produzirá efeitos a partir do dia seguinte à edição dos atos normativos da CVM para as companhias abertas e do Ministro da Economia para as companhias fechadas.

A MPV ainda preconiza alterações contextuais em outras normas que faziam referência à antiga redação do artigo 289 da Lei de Sociedades por Ações, tudo com o objetivo de evitar interpretações conflitantes no ordenamento jurídico e sempre com a intenção de dispensar a exigência de publicações societárias em jornais impressos.

À MPV nº 608, de 2013, foram oferecidas 39 emendas no prazo regimental de seis dias. A descrição e análise das emendas estão no anexo, que compõe este relatório.

No dia 11 de setembro de 2019, foi realizada a 1ª Reunião da Comissão Mista, a qual foi instalada, sendo eleito o Deputado Rogério Peninha Mendonça para Presidir a Comissão e designada Relatora a Senadora Soraya Thronicke.

II – ANÁLISE

No que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que a União é competente para legislar a respeito de direito comercial e registros públicos, a teor do art. 22, I e XXV, da Constituição Federal (CF).

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, a questão da relevância e urgência da MPV se confunde com o mérito e será analisada adiante. Verifica-se a possibilidade de utilização de medida provisória, pois a matéria não está reservada pela CF à lei complementar.

No que concerne à juridicidade, a MPV se afigura correta, porquanto: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) a matéria nela vertida inova o ordenamento jurídico; iii) possui o atributo da generalidade; iv) se afigura dotada de potencial coercitividade; e v) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

A matéria veiculada não está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da CF.

Há ressalva no tocante à técnica legislativa empregada, no que se refere ao art. 5º: a redação desse dispositivo atribui efeitos “no” dia em que os atos administrativos do Ministro da Economia e da CVM forem editados, mas, na realidade, esses efeitos devem ocorrer a partir de determinado dia e não apenas em determinado dia.

Mas a MPV deve ser rejeitada, por ausência de mérito.

A MPV abre espaço para a maior possibilidade de fraude de documentos eletrônicos, seja por falhas técnicas nos sistemas de certificação digital, seja porque a MPV autoriza a CVM a dispensar a autorização da certificação digital por meio de ato normativo da Comissão.

A MPV, também, carece de importância e de relevância, dado que o tema acabou de ser disciplinado em Lei recentíssima, qual seja, Lei nº 13.818, de 2019.

É fato que uma norma jurídica posterior revoga a anterior, mas também é fato que legislar três meses depois de o mesmo assunto ter sido legislado retira a importância política, social e até mesmo econômica da norma posterior.

Também carece de mérito a MPV 892 ao não demonstrar a necessidade de sua vigência imediata, bem como a probabilidade de produção de rápidos efeitos, o que causará incontornáveis e imediatos prejuízos à indústria da mídia impressa, sem que tais prejuízos pudessem ser equalizados ao longo do tempo, de maneira mais proporcional.

Isso tanto é verdade que a Lei nº 13.818, de 2019, tratou de sua vigência para 2022, a fim de facilitar a adequação das empresas do setor a outras fontes de receita ou a cortes de despesas, escalonados e viáveis.

As empresas prejudicadas acabarão por descumprir compromissos financeiros e em razão disso irão prejudicar consumidores, empregados, terceirizados e colaboradores.

Poderão mesmo prejudicar o Fisco, deixando de recolher os tributos devidos. Tudo isso porque a MPV não previu regra escalonada para a sua vigência, de modo a minimizar os prejuízos advindos da falta de receita futura.

O princípio da proporcionalidade em matéria econômica, utilizado na interpretação do artigo 170 da Constituição (Supremo Tribunal Federal, Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 319/DF), considera inconstitucional a norma que faça intervenção na economia ignorando meios mais brandos para se alcançar os objetivos visados. Uma aplicação da MPV de forma escalonada no tempo propiciaria economia de recursos para as empresas em geral, mas sem que fosse necessário prejudicar de forma abrupta as empresas de mídia impressa, em evidente violação do princípio da função social da propriedade e da busca do pleno emprego dos fatores de produção, ambos previstos nos incisos III e VIII do artigo 170 da Constituição.

III – CONCLUSÕES

Há argumentos tecnicamente sólidos para sustentar a inconstitucionalidade da MPV nº 892, seja pela falta de relevância e urgência, seja pela violação do art. 170 da CF. Não há vício de juridicidade. Quanto à

técnica legislativa, o erro na redação do art. 5º é de diminuta importância. No que se refere ao mérito, há fortes argumentos contrários à sua aprovação.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela inconstitucionalidade e, no mérito, pela **rejeição** da Medida Provisória nº 892, de 5 de agosto de 2019.

Sala da Comissão,



Senadora ROSE DE FREITAS

Lista de Votação Nominal - Relatório da Senadora Soraya Thronicke

Comissão Mista da Medida Provisória nº 892, de 2019 - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CASTRO				1. CONFÚCIO MOURA			
EDUARDO GOMES				2. FERNANDO BEZERRA COELHO			
DANIELLA RIBEIRO				3. CIRO NOGUEIRA			
TITULARES - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
TASSO JEREISSATI		X		1. ANTONIO ANASTASIA			
SORAYA THRONICKE	X			2. MAJOR OLIMPIO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
WEVERTON				1. JORGE KAJURU		X	
RANDOLFE RODRIGUES		X		2. ELIZIANE GAMA			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
NELSINHO TRAD				1. LUCAS BARRETO			
ANGELO CORONEL				2. IRAJÁ			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PAULO ROCHA		X		1. ROGÉRIO CARVALHO			
TELMÁRIO MOTA		X		2. ZENAIDE MAIA			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RODRIGO PACHECO				1. JORGINHO MELLO			
TITULARES - PODEMOS	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PODEMOS	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JUÍZA SELMA	X			1. ROSE DE FREITAS			

Quórum (Senadores + Deputados): TOTAL 19

Votação (Senadores + Deputados): TOTAL 18 SIM 5 NÃO 13 ABSTENÇÃO 0

* Presidente não votou

Deputado Rogério Peninha Mendonça
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2, EM 12/11/2019

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Lista de Votação Nominal - Relatório.

Comissão Mista da Medida Provisória nº 892, de 2019 - Deputados

TITULARES - MDB, PP, PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - MDB, PP, PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LAERCIO OLIVEIRA				1. VAGO			
ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA				2. GUTEMBERG REIS	X		
TITULARES - PT	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PT	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PAULO TEIXEIRA		X		1. CARLOS ZARATTINI			
TITULARES - PSL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
BIA KICIS	X			1. JOICE HASSELMANN			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
WLADIMIR GAROTINHO		X		1. DIEGO ANDRADE			
TITULARES - PL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MIGUEL LOMBARDI				1. MARCELO RAMOS		X	
TITULARES - PSB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ELIAS VAZ				1. ALESSANDRO MOLON		X	
TITULARES - REPUBLICANOS	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - REPUBLICANOS	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOÃO ROMA		X		1. HUGO MOTTA			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO CURY				1. DANIEL TRZECIAK			
TITULARES - DEM	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - DEM	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PAULO AZI		X		1. DAVID SOARES			
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
AFONSO MOTTA				1. MAURO BENEVIDES FILHO		X	
TITULARES - PODEMOS	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PODEMOS	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PR. MARCO FELICIANO	X			1. IGOR TIMO			
TITULARES - REDE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - REDE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOENIA WAPICHANA		X		1. VAGO			

Quórum (Senadores + Deputados): TOTAL 19

Votação (Senadores + Deputados): TOTAL 18 SIM 5 NÃO 13 ABSTENÇÃO 0

* Presidente não votou

Deputado Rogério Peninha Mendonça
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2, EM 12/11/2019

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



Relatório de Registro de Presença

CMMPV 892/2019, 12/11/2019 às 14h30 - 2ª, Reunião

Comissão Mista da Medida Provisória nº 892, de 2019

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
MARCELO CASTRO	PRESENTE	1. CONFÚCIO MOURA	PRESENTE
EDUARDO GOMES	PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE
DANIELLA RIBEIRO		3. CIRO NOGUEIRA	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	1. ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE
SORAYA THRONICKE	PRESENTE	2. MAJOR OLIMPIO	PRESENTE
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
WEVERTON		1. JORGE KAJURU	PRESENTE
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	2. ELIZIANE GAMA	PRESENTE
PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
NELSON TRAD	PRESENTE	1. LUCAS BARRETO	
ANGELO CORONEL	PRESENTE	2. IRAJÁ	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
PAULO ROCHA	PRESENTE	1. ROGÉRIO CARVALHO	
TELMÁRIO MOTA	PRESENTE	2. ZENAIDE MAIA	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. JORGINHO MELLO	PRESENTE
PODEMOS			
TITULARES		SUPLENTE	
JUÍZA SELMA	PRESENTE	1. ROSE DE FREITAS	PRESENTE
MDB, PP, PTB			
TITULARES		SUPLENTE	
LAERCIO OLIVEIRA	PRESENTE	1. VAGO	
ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA	PRESENTE	2. GUTENBERG REIS	PRESENTE
PT			
TITULARES		SUPLENTE	
PAULO TEIXEIRA	PRESENTE	1. CARLOS ZARATTINI	PRESENTE
PSL			
TITULARES		SUPLENTE	
BIA KICIS	PRESENTE	1. JOICE HASSELMANN	



Relatório de Registro de Presença
CMMPV 892/2019, 12/11/2019 às 14h30 - 2ª, Reunião
Comissão Mista da Medida Provisória nº 892, de 2019

PSD		
TITULARES		SUPLENTES
WLADIMIR GAROTINHO	PRESENTE	1. DIEGO ANDRADE
PL		
TITULARES		SUPLENTES
MIGUEL LOMBARDI	PRESENTE	1. MARCELO RAMOS PRESENTE
PSB		
TITULARES		SUPLENTES
ELIAS VAZ	PRESENTE	1. ALESSANDRO MOLON PRESENTE
REPUBLICANOS		
TITULARES		SUPLENTES
JOÃO ROMA	PRESENTE	1. HUGO MOTTA
PSDB		
TITULARES		SUPLENTES
EDUARDO CURY		1. DANIEL TRZECIAK PRESENTE
DEM		
TITULARES		SUPLENTES
PAULO AZI	PRESENTE	1. DAVID SOARES PRESENTE
PDT		
TITULARES		SUPLENTES
AFONSO MOTTA	PRESENTE	1. MAURO BENEVIDES FILHO PRESENTE
PODEMOS		
TITULARES		SUPLENTES
PR. MARCO FELICIANO	PRESENTE	1. IGOR TIMO
REDE		
TITULARES		SUPLENTES
JOENIA WAPICHANA	PRESENTE	1. VAGO

Não Membros Presentes

EDUARDO BRAGA
FLÁVIO BOLSONARO
VANDERLAN CARDOSO
RODRIGO CUNHA
WELLINGTON FAGUNDES
ESPERIDIÃO AMIN
MARCIO BITTAR
DÁRIO BERGER



Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

IZALCI LUCAS
LUIS CARLOS HEINZE
FELÍCIO LATERÇA
HEITOR SCHUCH
LÉO MORAES
MARCOS DO VAL
PAULO PAIM
JARBAS VASCONCELOS
FABIANO CONTARATO
MARCO BERTAIOLLI
CHICO RODRIGUES
PEDRO LUPION
DENIS BEZERRA
CARLOS VIANA
AROLDE DE OLIVEIRA
ACIR GURGACZ
JEAN PAUL PRATES
DELEGADO PABLO
PLÍNIO VALÉRIO
FLÁVIA MORAIS



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista da Medida Provisória nº 892/2019

DECISÃO DA COMISSÃO

Reunida nesta data a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 892, de 2019, foi rejeitado em votação nominal, com 5 votos sim e 13 votos não, o relatório da Senadora Soraya Thronicke. Foi designada relatora do vencido a Senadora Rose de Freitas. Aprovado o relatório da Senadora Rose de Freitas, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela inconstitucionalidade e, no mérito, pela rejeição da Medida Provisória nº 892. Registram voto contrário os Deputados Pr. Marco Feliciano e Bia Kicis e a Senadora Soraya Thronicke.

Brasília, 12 de novembro de 2019.

Deputado Rogério Peninha Mendonça
Presidente da Comissão Mista